



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO nº , de 2012.

(Do Senhor Eduardo da Fonte)

*Solicita informações ao Presidente do
Tribunal de Contas da União sobre o lucro
obtido pelas empresas CELPE, CESP,
CEMIG e COPEL.*

Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos do inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União informações sobre a receita total (operacional e não operacional) o custo operacional e o lucro líquido obtido, nos anos de 2002 a 2012, pelas empresas:

- Companhia Energética de Pernambuco (CELPE);
- Companhia Energética de São Paulo (CESP);
- Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); e
- Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

JUSTIFICATIVA

O Governo negociou com as concessionárias de geração a renovação, por mais 30 anos, dos contratos por vencer entre 2015 e 2017.

Com a renovação o Governo pretendia reduzir as tarifas de energia elétrica aos consumidores brasileiros na ordem de 20%.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Além do usuário pessoa física, a ideia era aliviar o setor industrial e aumentar sua competitividade.

Todavia, devido à recusa da Cesp (SP), Cemig (MG) e Copel (PR) em renovar os contratos de geração a redução do preço da energia elétrica será menor. As três empresas juntas somam quase 40% dos contratos de geração por vencer.

A justificativa dada pelas três geradoras foi o valor de remuneração e indenização para os ativos ainda não amortizados oferecidos pelo governo, considerados baixos pelas empresas e o valor da remuneração das operações e manutenção das usinas que, supostamente, não cobriria os custos operacionais.

Ao optarem por não renovar, as companhias continuam a operação das usinas com base nos contratos atuais, mas terão que repassar os equipamentos à União em 2015 para que seja realizada um novo processo de licitação. Se aceitassem a renovação, as empresas deveriam se submeter às novas tarifas e indenizações definidas pelo governo.

É necessário, portanto, examinar o lucro líquido dessas empresas para verificar os reais motivos da recusa..

Sala das Sessões, em de dezembro de 2012.

Deputado EDUARDO DA FONTE
(PP/PE)